

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 31.12.2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.
A Barrisul S.A. Administradora de Consórcios tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de imóveis e automóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Barrisul a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.
Em 31.12.2016 a empresa administrava 164 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 45.728 consorciados, sendo que, no ano de 2016, ocorreram 7.641 contemplações. No período, apresentou lucro líquido de R\$ 34.791 mil (18,6 % superior ao mesmo período de 2015).
Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduziram suas atividades.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (valores em Milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	167.789	117.029	Circulante	27.092	18.591
Disponibilidades	137	63	Outras obrigações	27.092	18.591
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	160.735	113.295	Sociais e estatutárias (Nota 7)	8.282	6.979
Carteira própria	160.735	113.295	Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	8.463	5.478
Outros créditos - diversos (Nota 6)	6.917	3.671	Diversas	10.347	6.134
Realizável a longo prazo	93.411	108.990	Exigível a longo prazo	72	204
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	86.313	101.347	Outras obrigações	72	204
Carteira própria	86.313	101.347	Passivos Contingentes (Nota 9)	72	204
Outros créditos - diversos (Nota 6)	7.098	7.643	Patrimônio líquido	234.425	207.675
Permanente	389	451	Capital social (Nota 10)	192.100	172.600
Imobilizado de uso	389	451	Reservas de lucros	42.077	35.048
Depreciações acumuladas	(640)	(629)	Ajuste de avaliação patrimonial	2.427	27
Total do ativo	261.589	226.470	Total do passivo e patrimônio líquido	261.589	226.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em Milhares de Reais, exceto dividendos propostos por ação)

	Reservas de Lucros						
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	155.600	6.904	5.875	16.906	(57)	-	185.228
Capital integralizado	17.000	-	(94)	(16.906)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	29.329	29.329
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	84	-	84
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 10)	-	1.467	1.467	19.429	-	(22.363)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,08 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(6.966)	(6.966)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	172.600	8.371	7.248	19.429	27	-	207.675
Capital integralizado (Nota 10)	19.500	-	(71)	(19.429)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	34.791	34.791
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	221	-	221
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 10)	-	1.740	1.740	23.049	-	(26.529)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,09 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(8.262)	(8.262)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	192.100	10.111	8.917	23.049	248	-	234.425
Saldos em 30 de junho de 2016	192.100	9.218	8.024	11.220	92	-	220.654
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	17.855	17.855
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	156	-	156
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 10)	-	893	893	11.829	-	(13.615)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,04 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(4.240)	(4.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	192.100	10.111	8.917	23.049	248	-	234.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015
Ativo			Passivo		
Circulante	667.365	565.798	Circulante/Exigível a Longo Prazo	667.365	565.798
Disponibilidades	444	227	Outras obrigações	667.365	565.798
Aplicações financeiras (Nota 15)	332.237	282.380	Obrigações com consorciados	246.715	219.071
Disponibilidade do grupo	39.441	31.022	Grupos em formação	508	373
Vinculadas a contemplações	292.288	250.965	Valores a repassar	1.719	1.017
Recursos grupos em formação	508	373	Contemplações a entregar	292.288	250.985
Outros créditos	334.684	283.191	Recursos a devolver a consorciados	83.208	61.789
Bens apreendidos ou retomados	704	144	Recursos dos grupos	42.927	32.563
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 14)	333.980	283.047	Compensação	2.696.037	2.266.541
Compensação	2.696.037	2.266.541	Consórcio	-	-
Consórcio	23.478	21.154	Recursos mensais a receber de consorciados	23.478	21.154
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	-	-	Obrigações do grupo por contribuições	1.398.856	1.169.959
Contribuições devidas ao grupo	1.398.856	1.169.959	Bens ou serviços a contemplar	1.273.703	1.075.428
Valores e bens ou serviços a contemplar	1.273.703	1.075.428	Total do Passivo	3.363.402	2.832.339
Total do Ativo	3.363.402	2.832.339			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional - A Barrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora" ou "Barrisul Consórcios") tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Barrisul") seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.
Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.
2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular 3.624/13.
As cartas circulares nºs 3.147/04 e nº 3.192/05, do Banco Central do Brasil, alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.
A diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 30/01/2017.

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios

a) Da administradora
(i) Apuração do resultado - A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº. 2.381/93 do Banco Central do Brasil. As comissões de vendas das cotas de consórcio são pagas e registradas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica "Outras despesas administrativas". As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.
(ii) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
(iii) Títulos e valores mobiliários - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:
Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.
Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
(iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes) - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.
(v) Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.
(vi) Redução ao valor recuperável - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.
(vii) Demais passivos circulantes - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.
(viii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências passivas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caiam mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
(ix) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.
O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
(x) Estimativas contábeis - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Dos grupos de consórcio - Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:
(i) Disponibilidades e aplicações financeiras - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454/94 e 3.524/11 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes taxa de administração.
(ii) Direitos junto a consorciados contemplados - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados - Demonstam a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.
(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações.

(v) Valores de bens ou serviços a contemplar - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações.
(vi) Obrigações com consorciados - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a

título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii) Valores a repassar - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.
(viii) Obrigações por contemplações a entregar - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.
(ix) Recursos a devolver a consorciados - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.
(x) Recursos dos grupos - Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos
4. Resumo das operações de consórcios - As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381/93, art. 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	Quantidade	2016	2015
Grupos administrados		164	176
Consorciados ativos		45.728	43.109
Bens entregues - no ano		7.699	6.790
Bens entregues - total		26.959	21.357
Bens pendentes de entrega		5.344	5.489
Desistentes/excluídos - no ano		1.756	1.522
Desistentes/excluídos - total		19.110	17.354
Assembleias a realizar		6.617	6.249

A taxa de inadimplência é de 3,31 % (2015 - 4,05%).

5. Títulos e valores mobiliários (Administradora) - A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2016	2015
Para negociação	26.929	15.416
Disponível para venda	2.122	1.618
Mantidos até o vencimento	217.997	197.608
Total	247.048	214.642

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	2016	2016	2015
	Custo/Curva	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Barrisul Premium FI RF LP	19.727	4.826	4.826
Fundo Master Fund Invest RF DI LP (1)	7.202	3.983	3.983
CDB DI	-	6.607	6.607
Total	26.929	26.929	15.416

(1) Recursos dos Grupos Encerrados Contabilmente.

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2016	2016	2015
	Custo/Curva	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Fundo de Investimento Imobiliário	1.745	2.122	1.618
Total	1.745	2.122	1.618

Em 31 de dezembro de 2016, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R\$ 378 (2015 - R\$ 41), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos efeitos tributários de R\$ 128 (2015 - 14).

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o Vencimento

	2016	2016	2015
	Custo/Curva	Valor de Mercado	Valor de Mercado
CDB DI	17.287	17.304	96.338
Letras Financeiras	200.710	201.310	101.904
Total	217.997	218.614	198.242

As aplicações em Letras Financeiras foram realizadas com prazos de 730 e 731 dias à taxa de 107% do DI, e o CDB (Certificado de Depósito Bancário) com prazo de 361 dias e rendimento diário de 101,5% do CDI, aplicados junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A..

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento. Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela BM&F.

6. Outros recursos - diversos (Administradora)

	2016	2015
Circulante		
Cotas de Consórcio Adquiridas	4.144	3.280
IRRF a Compensar	2.601	291
IRPJ e CSLL Antecipado	-	-
Outros	172	100
Total	6.917	3.671

Realizável a longo prazo

	2016	2015
Depósitos vinculados a processos judiciais	6.526	7.230
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	339	170
Bens retomados	1	6
Impostos e contribuições a compensar	232	237
Total	7.098	7.643

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para passivos contingentes (ações civis), RV2 e campanha de vendas.

Expectativa de realização desses créditos é até 2021 e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 299 (2015 - R\$ 121).

Os depósitos vinculados a processos judiciais são compostos por R\$ 211 (2015 - R\$ 111) correspondentes a cobranças judiciais pendentes de recebimento e R\$ 6.316 (2015 - R\$ 7.119) relacionados a processos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Barrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Barrisul S.A. Administradora de Consórcios, e a depósitos judiciais referentes a processos civis.

7. Sociais e estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	2016	2015
Dividendos a pagar	8.262	6.966
Outros	20	13
Total	8.282	6.979

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	2º Semestre		
	2016	2016	2015
Recursos da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16.162	31.016	24.396
Resultado bruto da intermediação financeira	16.162	31.016	24.396
Outras receitas (despesas) operacionais	10.485	21.263	19.817
Receitas de prestação de serviços	26.942	49.740	40.621
Outras despesas administrativas (Nota 11)	(11.495)	(20.625)	(14.471)
Despesas tributárias	(4.577)	(8.710)	(6.559)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	165	858	225
Resultado operacional	26.647	52.279	44.213
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	(8.792)	(17.488)	(14.884)
Valores correntes	(8.911)	(17.617)	(15.032)
Valores diferidos	119	129	148
Lucro Líquido do semestre/exercício	17.855	34.791	29.329

Lucro Líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercício - R\$

NOTAS EXPLICATIVAS (CONTINUAÇÃO)

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Os Administradores não possuem cotas de consórcios de nossa administração. As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Circular nº 3.463/09, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

14. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	2016	2015
Curso normal	331.002	280.775
Em atraso	1.679	1.723
Em cobrança judicial	1.299	549
Total	333.980	283.047

15. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 332.237 (2015 - R\$ 282.380) e estão compostas em cotas de fundos referenciados DI.

16. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco por meio de modelos monitorando o comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificação, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2017.

Vicente Jorge Soares Rodrigues
Presidente

Arnildo Dutra de Miranda
Ronei Xavier Janovik
Conselheiros

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre - RS

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Banrisul Consórcios), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2016 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Consórcios em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2016 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício e semestre anterior - As demonstrações contábeis da Banrisul Consórcios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 3 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A administração da Banrisul Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2017.

Conselho de Administração
Ricardo Richiniti Hingel - **Presidente**
Erno Luiz Fleck - **Conselheiro**
Flavio Cezar Soares Rubim - **Conselheiro**
Sergio Antônio Severo dos Santos - **Conselheiro**

Kathia Helena lahnke de Oliveira
Contadora - **CRC RS-061075/O-7**

 **KPMG**
Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior
Diretor-Presidente

Artemino Raimundo Rosin
Fernando Postal
Diretores